

A “Hipótese Erradicadora” e a organização do Corpo de Marinheiros: a Marinha Imperial como laboratório*

The “eradicating hypothesis” and the organization of
the Seamen Corps: the Imperial Navy as laboratory

Wagner Luiz Bueno dos Santos

Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH – UNIRIO) e servidor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM).

RESUMO

Neste trabalho, analisaremos as transformações ocorridas no corpo de praças da Marinha Imperial em meados do século XIX à luz da hipótese erradicadora defendida por Edmundo Campos Coelho. Em nossa análise destacaremos a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e das Companhias de Aprendizes-Marinheiros. Na tese publicada originalmente em 1976, na obra *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*, Edmundo Campos sustenta que houve, por parte da política Imperial, uma ação agressiva cujo objetivo foi a redução do efetivo do Exército em alguns momentos no decorrer do período Imperial que alcançou os primeiros momentos da República.

PALAVRAS-CHAVES: Companhias de Aprendizes-Marinheiros; Corpo de Imperiais Marinheiros; Política Militar; História Naval Brasileira

ABSTRACT

In this work, we submit the transformations that took place in the Imperial Navy in the middle of the 19th century, highlighting the creation of the Seaman Corps and the Sailors School, to the eradication thesis defended by Edmundo Campos Coelho. In the thesis originally published in 1976 in the book *Em busca da identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*, the author maintains that there was an aggressive action by Imperial politics whose objective was the reduction of Army personnel at certain moments during the course of Imperial period reaching the first moments of the Republic.

KEYWORDS: Sailors School; Seaman Corps; Military Politics; Brazilian Naval History

* Este artigo é conteúdo modificado da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGHIS – UFRJ em JUL/2016. SANTOS, Wagner Luiz Bueno. A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial / Wagner Luiz Bueno dos Santos, 2016. Disponível na Plataforma Sucupira <<https://sucupira.capes.gov.br>> Artigo recebido em 20 de março de 2017 e aprovado para publicação em 31 de maio de 2017.

A POLÍTICA MILITAR NO IMPÉRIO E A HIPÓTESE ERRADICADORA

O debate em torno da questão militar no Império remete-nos aos princípios teóricos que balizam o tema. Proveniente da sociologia militar norte-americana liderada por Samuel P. Huntington, um modelo analítico foi desenvolvido na tentativa de explicar a profissão militar, destacando a perspectiva da relação entre militares e civis. Para Huntington, uma forma de estudar tal relação seria se debruçando sobre o envolvimento dos militares na política. O sociólogo elaborou um quadro analítico pelo qual se poderia perceber o grau de tal envolvimento. O nível de profissionalização alcançado pelas Forças Armadas, para o autor, seria o fator definidor que afastaria os militares das questões políticas – quanto maior o nível de profissionalismo, menor seria o envolvimento dos militares com a política. Porém, a história recente da América Latina não corroborou a tese de Huntington, que não considerou as transformações do militarismo que atribuiu certa especificidade à questão militar na região que levou a sucessões de governos militares no continente¹.

A fragilidade não impediu que a tese de Huntington florescesse oferecendo frutos a historiografia sobre o tema. É o caso do trabalho de Edmundo Campos Coelho² que, apoiando-se no sociólogo norte-americano, elabora e defende a tese de que o Exército foi submetido a uma política de erradicação, que se estendeu por vários períodos da trajetória histórica da instituição. Precisamente, essa política foi conduzida pela elite política imperial e teria acontecido entre os anos subsequentes ao Primeiro e Segundo Império e durante a República Velha, um período demasiado longo em que o Exército sofreu reduções no seu efetivo de forma incisiva.

O fluxo do efetivo do Exército e as oscilações no orçamento do Ministério da Guerra durante o período, segundo Edmundo Campos, corrobora a ação contra a “existência de uma Força Armada permanente e profissional”³. Outro fator preponderante nessa política, segundo o autor, foi a criação da Guarda Nacional que, com seu caráter liberal, agiria como força auxiliadora junto

às forças militares de linha a partir de 1831, substituindo as milícias e ordenanças regionais e as guardas municipais, cujo objetivo era manter a ordem, defendendo a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do território.⁴

Para Edmundo Campos, a política de erradicação foi uma prática agressiva contra o Exército durante o Império fomentada por fatores diversos. Além da repulsa alimentada desde o processo de Independência em relação às tropas da colônia portuguesa e do repúdio promovido pela prática do recrutamento, havia o receio de manter uma força militar profissional organizada à disposição do Poder Executivo. Essa prerrogativa foi estabelecida no bojo das discussões acerca do tipo de governo a ser implementado após o processo de emancipação política. O regime monárquico centralizado na Coroa saiu vencedor, e com ele, como previu o texto do projeto constitucional de 1823, o controle sobre as forças militares ficaria a cargo da Assembleia, que decidiria tanto a questão orçamentária quanto a de fixação de força militar.

Os argumentos desenvolvidos pelo autor⁵ estão baseados na interpretação de dados quantitativos e estatísticos colhidos de fontes do Ministério da Guerra e do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Com base nesses dados, Edmundo Campos Coelho afirma que, desde o início da década de 1830, estava em curso uma política antimilitar. As reduções do efetivo do corpo do Exército, assim como no seu orçamento, traduziam a ação da classe política contra a instituição. A análise do autor a partir dos números do Ministério da Guerra aponta que o efetivo do Exército sofreu significativas reduções em alguns momentos ao longo do Primeiro Reinado, durante a Regência e no Segundo Reinado até o período republicano. Conforme tabela abaixo, podemos verificar os dados analisados por Campos Coelho.⁶

Tabela I – Evolução do Efetivo do Exército*

Ano	Efetivo	Índice de Crescimento (1830=100)
1830	30.000	100
1831	14.342	47,8
1841	20.925	69,7

1848	16.000	53,3
1855	20.000	66,66
1863	16.000	53,33
1865	35.689	118,9
1871	19.000	63,3
1880	15.000	50
1889	13.000	43,3
1892	27.013	90
1907	30.066	100,2
1920	45.405	151,3

Relatório do Ministro da Guerra, Mapas da Força do Exército.

*Efetivos Legais. *Apud* COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

A interpretação dos dados que afirmam a hipótese erradicadora formulada por Edmundo Campos sugere que o autor compreende o Exército como uma força homogênea e à margem dos processos históricos mais complexos. Vejamos que, por exemplo, dois fatores podem explicar o comportamento do declínio no número do efetivo do Exército no início da década de 1830. A grande desmobilização das tropas que participaram do processo que resultou na Abdicação e a criação da Guarda Nacional no mesmo período, como elemento progressista da política militar liberal contra as tropas de 1ª linha, como observou o próprio autor, tidas como ameaça à ordem civil.

Analisando o período posterior, no início da década de 1870, coloca-se diante à hipótese de Campos Coelho uma constatação que compromete mais uma vez os resultados de suas análises. Após uma grande mobilização durante os conflitos com o Paraguai, houve uma segunda desmobilização da tropa com o término dos conflitos, o que reduziu de maneira significativa os quadros do Exército.

Ao fazer associação entre o declínio do número de efetivo e os acontecimentos durante o período, Edmundo Campos sugere que tais eventos embasaram os principais argumentos para a elite política promover a prática erradicadora. Por outro lado, o autor não considera a dinâmica política entre os grupos políticos, deixando de fora os conflitos

entre as principais correntes conservadoras e liberais no desfecho do 7 de abril. Por exemplo, Nelson Werneck Sodré considera que a redução do Exército no pós-Abdicação foi parte do processo político que se desenrolou e que culminou na associação entre conservadores direitistas e centristas, grupo que reuniu elite agrícola, isolando a ala radical de esquerda; e, como a maioria dos componentes do Exército participava daquela ala, foi promovida a redução de seu efetivo⁷.

O primeiro declínio das despesas encontra-se no momento dos conflitos no pós-Independência, quando as tropas do Exército que garantiram o arrefecimento de núcleos favoráveis às Cortes portuguesas foram desmobilizadas. Podemos perceber uma queda nas despesas de cerca de 9% de seus gastos entre os anos de 1823 e 1824. Porém, após o ano de 1829, houve um aumento de mais de 17% dos gastos do Ministério em relação aos gastos do Governo. Após um período em que o Império atravessava momentos de tranquilidade, a despesa torna a cair vertiginosamente, entre os anos de 1829 e 1832, nos mesmos patamares de aumento do período anterior, uma queda de pouco menos de 17%. O gráfico apresenta ainda um aumento das despesas entre os anos de 1835 e 1841, cujo percentual de aumento foi em torno dos mesmos 17%, num período em que o Império vivia em grande efervescência devido às rebeliões e revoltas regenciais. Após esse período, associada ao arrefecimento dos movimentos rebeldes nas províncias, houve uma queda nas despesas de 12,8%. Ao analisarmos os dados que compreendem o período que antecedeu o conflito contra o Paraguai, os anos que se prolongaram com a guerra e os anos posteriores, a hipótese erradicadora de Edmundo Campos Coelho perde sua força, corroborando o que salientou Adriana Barreto:

A análise sequenciada dos gráficos orçamentários por ele [Edmundo Campos Coelho] apresentada permite situar com precisão a queda na curva de despesas do Ministério da Guerra no momento seguinte às operações militares no Paraguai. Ao contrário de conformar uma trajetória unifor-

me que atravessa todo o período imperial, os baixos investimentos no Exército têm lugar em uma conjuntura histórica específica.⁸

Portanto, o que Edmundo chama de política de erradicação na verdade corresponde a momentos específicos em que o governo reduziu seus gastos com a tropa, tendo em vista que a manutenção de um Exército volumoso implicava despendar gastos que a Coroa não tinha como cobrir. Por outro lado, se considerarmos os gastos do governo em outras áreas, o que não se verifica no trabalho de Edmundo Campos Coelho, veremos que as Forças Armadas, de 1831 a 1850, receberam uma fatia de mais de 40% do orçamento do Governo, como aponta José Murilo de Carvalho.⁹

Assim como Edmundo Campos Coelho, Nelson Werneck Sodré aponta que, diante do modelo de recrutamento praticado pelas Forças Armadas, a Guarda Nacional foi ganhando importância à medida que se colocava como principal força militar atuante nas províncias. Esse quadro, associado à questão financeira, desencadeou um dos principais fatores que demonstrava o descrédito dispensado às forças militares de linha, a condição em que se encontrava seu contingente. Segundo o autor, a tropa de linha estava em situação social precária:

A sociedade do período áureo do Império, entretanto, não concede ao militar nenhum lugar de destaque. Daí ser comum que as tropas permanecessem longos meses à mercê da sorte, sem perceber vencimentos, fardamento ou quaisquer recursos. Ao longo de toda essa época, de vários quadrantes, de todos os lugares em que havia força militar de linha, a queixa é a mesma, e dela não estão ainda isentos os que vivem na fronteira sulina, sempre mobilizada ou conflagrada: o descaso com a tropa constituía regra inflexível.¹⁰

Entretanto, Werneck Sodré, operando com outra perspectiva teórica, se apropria da mesma fonte estatística analisada por Edmundo Campos Coelho e aponta para

outro entendimento sobre aqueles dados apresentados pelo Ministério da Guerra. Enquanto Edmundo identifica a retomada da reorganização do Exército após a Proclamação da República, para Werneck Sodré essa reorganização se dá durante o processo de consolidação da classe senhorial, ao longo da segunda metade do século XIX, sobretudo quando se verifica o desenvolvimento das atividades relacionadas ao café. Naquele processo, uma nova classe ascende enquanto a classe dominante de zonas em declínio perde influência. Com isso, percebe-se uma pequena reorganização militar. Para o autor, a nova classe média buscará no Exército sua composição, construindo uma identificação entre esses dois estratos sociais quando se verifica o surgimento de um novo poder, o Poder Militar. A aproximação se dá pelo recrutamento. Werneck Sodré identifica que foi a partir do ingresso de seus filhos que a nova classe média construiu um elo com o Exército. O encontro se deu na Escola Militar, em contraposição a trajetória dos filhos da aristocracia agrária às escolas jurídicas, de onde saíam aqueles que tomariam os quadros dos altos cargos públicos, formando a burocracia estatal, como apontou José Murilo de Carvalho.¹¹

Com a guerra contra o Paraguai, percebem-se significativas mudanças na formação das tropas. Segundo Werneck Sodré, os estancieiros chefes militares, com suas tropas de cavalaria irregular, são substituídos por um instrumento organizado, em que o soldado disciplinado foi a peça fundamental no emprego de técnicas de combate. Nesse momento, elementos da classe média galgaram o oficialato, derrubando algumas barreiras que impediam a ascensão nas fileiras do Exército. E não só isso: para o autor, a instituição saiu da guerra como uma “força nova na vida do País, não será relegada mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com o papel subalterno na vida nacional”.¹²

Para Werneck Sodré, algumas questões impeliram mudanças no formato das Forças Armadas, sobretudo as de caráter tecnológico que, por sua vez, podem explicar o declínio no efetivo militar durante os anos de 1871 a 1889. O que Edmundo Campos

entendeu como continuação da política de erradicação Werneck Sodré entendeu as sucessivas reduções do efetivo do Exército entre 1871 e 1889 como um processo que resultou em uma “Divisão Moderna”. Se, por um lado, o Brasil não reunia condições para ingressar, naquele momento, no processo de industrialização, o que implicou o atraso no aparelhamento das Forças Armadas, por outro, a guerra contra o governo do Paraguai imprimiu uma nova mentalidade militar. Essa mudança no modo de pensar introduziu novas perspectivas ao Exército, por meio de iniciativas promotoras de avanços significativos que contribuíram para o seu desenvolvimento, como, por exemplo, o contato com outras forças militares europeias, com o envio de militares à Europa para acompanhar os avanços da indústria armamentista. Alguns dos resultados foram o envio de oficiais para cursos na Europa; compras de equipamentos e armas militares; implementação, na Escola Militar, de cursos de formação especializada e mudanças nos regulamentos de promoção de oficiais e de recrutamento de praças. Essas inovações, segundo o autor, promoveram a valorização das Forças Armadas.

Em outra perspectiva, Adriana Barreto aponta que tanto Edmundo Campos Coelho quanto Nelson Werneck Sodré concebem a trajetória das Forças Armadas balizada em uma política erradicadora e tentam buscar na história brasileira uma tradição política progressista ao lançar mão do argumento de que a Guarda Nacional seria o “emblema da aversão civil pelas forças de linha. A autora destaca que

A particularidade que [esses autores] buscam infundir no Exército inspira-se diretamente nos modelos norte-americanos e francês de concepção das forças militares, que caracterizam milícias como instituições democráticas, representativas das aspirações do *self-government* e capazes de impulsionar o processo civilizatório e o movimento de construção da cidadania.¹³

Contraopondo Edmundo Campos Coelho, a autora faz uma leitura da tese do autor re-

montando à trajetória histórica feita por ele na análise dos dados numéricos. Adriana Barreto aponta que o medo de uma restauração promovida pelos generais portugueses ameaçava a sociedade política no pós-Abdicação. Tal desconfiança, defende ela, teria sido o motivo para a criação da Guarda Nacional e para uma aversão às forças de linha. Ainda segundo ela,

Somente a Guerra do Paraguai desequilibraria, anos mais tarde, essa relação, ainda assim, as alterações ocorreriam devido à pressão imposta por determinados setores do Exército. A recepção pouco calorosa que teria recebido do governo, após arriscar a vida nos pampas paraguaios, produziria grandes descontentamentos entre a oficialidade, inaugurando uma nova fase da história militar do País que culminaria no golpe de 1889.¹⁴

Ao verificar a escassa produção historiográfica acerca da instituição, a autora conclui que o Exército foi retratado, em maior escala, com um fundo memorialista; poucos são os trabalhos de fôlego dispensados à corporação. Salienta, ainda, a historiadora que somente a partir de 1964, sobretudo após os resultados do processo político nos anos posteriores, a instituição passou a ser alvo de investigação histórica. Entretanto, recorrendo a Edmundo Campos Coelho, chama atenção que uma “determinada geração”¹⁵ concebeu o Exército como um instrumento de grupos políticos. Segundo Adriana Barreto,

Esse tipo de inserção política soma ao mencionado desnível regional e lacunas cronológicas e teórica. O olhar que informa essas abordagens torna recorrente a opção por um recorte histórico de longo alcance temporal que pouco recua ao século XIX e menos ainda se detém na corporação. Imerso numa certa ingenuidade, o Exército é concebido enquanto instrumento dos desígnios de determinados grupos políticos, fossem eles compostos por integrantes da oligarquia ou

dos setores médios, podendo ainda fundamentar a versão moderadora pela qual assumirá uma função arbitral entre as classes e os grupos dominantes.¹⁶

Entretanto, Adriana Barreto chama atenção que, para que as análises não esvaziem de sentido a instituição militar, é necessário considerar sua particularidade singular, sua atuação não deve ser vista somente como intervencionista pelas armas; é preciso dar atenção e interpretar suas intervenções na política como algo particular e específico. Concluindo, a autora afirma que os trabalhos científicos,

Comprometidos com a definição de um modelo explicativo da conduta do Exército ao longo da história [...] segue-se a valorização das intervenções armadas em detrimento dos movimentos sensíveis à dinâmica própria desenvolvida pela instituição nas mais variadas situações históricas.¹⁷

Para Adriana Barreto, converge em dois pontos o problema na análise de Edmundo Campos. O primeiro consiste na redução a um único esquema analítico todo o processo de formação do Estado Imperial e os primeiros 40 anos do regime republicano. O segundo ponto é que o autor imprimiu ao liberalismo uma força explicativa que transplantou para a realidade brasileira o modelo norte-americano sem seus devidos cuidados. Com isso segundo a autora, Edmundo Campos

Promove um desenraizamento conceitual que homogeneiza por completo noções-chaves para a compreensão da trama política que dá sustentação às relações desenvolvidas entre elite civil e Exército no Império. Sua abordagem acaba por ratificar posturas como aquela prescrita em um famoso provérbio imperial. Se este não distingue liberais de conservadores, Coelho aproxima práticas e doutrinas políticas de mais de cem anos sob o termo “política de erradicação”.¹⁸

Ao demonstrar que a Guarda Nacional, como filha do pensamento liberal difundido

durante a Regência, reunia, além das atribuições na manutenção da ordem, problemas estruturais, assim como as fileiras do Exército, a autora contrapõe a ideia de que a Guarda seria a materialização da aversão civil à tropa de linha. Analisando as correspondências entre os presidentes das províncias e o ministro da Guerra, Adriana Barreto verificou que a dicotomia entre o Exército e a Guarda Nacional encontrava-se para além da simples correlação entre as duas instituições enquanto forças coercitivas com formações distintas de suas fileiras. As clivagens, tanto nas esferas das concepções políticas quanto nas relações mais íntimas – reveladas nas cartas – sofisticadas de poder, inclusive a respeito de sua manutenção após o regresso conservador, são reveladoras dos principais aspectos da relação entre as duas forças militares.

Ao aproximar Edmundo Campos Coelho de Nelson Werneck Sodré, sobretudo em relação à tese de erradicação, a autora deixa de mencionar a contribuição do historiador marxista que, ao verificar a aproximação do Exército Brasileiro ao modelo europeu de modernização, apontou mudanças na mentalidade militar que contribuiriam para o seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Na mesma medida em que Adriana Barreto salienta a necessidade de observarmos “os movimentos sensíveis à dinâmica própria desenvolvida pela instituição nas mais variadas situações históricas”, também deixa de verificar em Werneck Sodré sua contribuição sobre o estágio profissionalizante que o Exército teria alcançado no pós-guerra contra o Paraguai. Para a autora, esse estágio não foi alcançado, em termos modernos, como prometera a ação modernizadora promovida pelo Partido Conservador quando tomou a frente da política imperial em meados do século XIX.

“COMO AS NAÇÕES MAIS AVANÇADAS”: A ORGANIZAÇÃO DAS PRAÇAS DA MARINHA IMPERIAL E A CRIAÇÃO DO CORPO DE IMPERIAIS MARINHEIROS

A Marinha Imperial era numericamente inferior ao Exército em relação ao efetivo; formada por dois grandes corpos militares, o Corpo de Artilharia¹⁹ e o Corpo de Ma-



rinheiros da Armada²⁰, a Força Naval, em 1830, contava apenas com 4.975²¹ homens. Podemos ver abaixo a tabela que remonta à evolução e às transformações do quadro de efetivo da Marinha até 1849. Sem pretender análises aprofundadas, apontaremos algumas relações entre as transformações do seu contingente e o processo político no período. Nosso objetivo é verificar e testar em que medida a hipótese erradicadora, difundida por Edmundo Campos Coelho, pode ser aplicada às transformações sofridas no efetivo do Corpo da Armada.

Para nossa análise, lançamos mão de dados dos Relatórios Ministeriais (1831-1849), do Mapa da Lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz de 1831²² e da legislação que fixava a Força Naval. As informações foram cruzadas e analisadas com base nos debates na Câmara dos Deputados. Tentamos nos aproximar ao máximo da realidade do quantitativo da Força de Mar no período e verificar em que

medida a fixação de força para a Armada Imperial foi tratada pelos deputados. Os dados foram organizados em tabelas e a partir delas confeccionamos alguns gráficos que orientaram as análises para corroborar nossa hipótese.

Pretendemos, tendo como ponto de partida a "hipótese erradicadora" de Edmundo Campos Coelho, comprovar que a política empreendida para a Marinha em meados do século XIX não pretendeu esvaziar seus quadros militares, na verdade, estava longe de impedir a "existência de uma Força Armada permanente e profissional". Veremos que a redução do efetivo promovida na Armada Imperial ocorreu concomitantemente ao processo de organização das praças, tendo como modelo as principais Forças Navais da época; foi o movimento inicial do processo de sua profissionalização. Na tabela abaixo, temos a primeira impressão do que foi, em termos quantitativos, a Força Naval entre 1830 e 1849.

Tabela II - Força Naval 1830-1849

Ano	Oficiais	Corpo de Artilharia	Marinhagem	Imperiais Marinheiros	Total
1830	139	2.784	2.052	X	4.975
1831	139	2784	2.052	X	4.975
1832	139	600 ²³	1.771	X	2.510
1833	262	600	1.648	X	2.510
1835	262	Não informado	1.934	X	2.198
1836	274	574	Não informado	X	Idem
1839	252	Não informado	3.256	X	3.830
1840	272	Não informado	Idem	X	3.925
1841	275	502	2.289	774*	3.840
1842	221	510	2.139	844	3.714
1843	234	458	1.252	758	2702
1844	237	470	1.644	873	3.224
1845	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.933
1846	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.730
1847	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.725
1848	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.620
1849	Não informado	Idem	Idem	Idem	2.620

Fontes: Relatórios do Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. * O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

Um dos primeiros pontos que destacamos na tabela é o significativo aumento do número de oficiais. Depois de três anos com o mesmo efetivo, o quadro de oficiais foi elevado para mais de 88% entre os anos de 1832 e 1833. Nos primeiros anos da década de 1830, a formação dos oficiais, tanto do Exército quanto da Marinha, esteve no centro das discussões sobre o modelo de ensino que deveria ser adotado nas Academias de Formação de Oficiais das duas Forças. Chegou-se a unificar a Academia Militar do Exército com a Academia de Guardas-Marinha²⁴, responsável em formar oficiais para a Armada Imperial. Com o argumento de tornar público e simplificar a formação daqueles que pretendiam chegar ao oficialato das Forças Armadas, a unificação acabou, no caso da Academia de Guardas-Marinha, por afastar a formação dos oficiais da própria Marinha; a medida foi desfeita um ano após a unificação. Esse processo foi analisado por Carlos André Lopes da Silva ao confrontar os resultados com a recente historiografia brasileira, que toma os atos regenciais em relação à estrutura das Forças Armadas como parte da “política de erradicação” O autor aponta que,

se a criação de uma escola conjunta para oficiais das armas do Exército e para a Marinha fosse parte de um projeto maior para enfraquecer ambas as instituições militares, ou um produto de uma retração dos investimentos do Estado causado pela crise econômica, seria difícil explicar a completa reversão daquele cenário pouco mais de um ano e meio depois.²⁵

E, ainda, se considerarmos as transformações promovidas na administração naval durante os anos finais da década de 1830 e as que se seguiram durante os anos de 1840²⁶, não só ficaria difícil explicar como também seria um ponto a considerar sobre a tese de Edmundo Campos. Na verdade, ela perde força, pois o que se percebeu foi uma considerável transformação na estrutura da Marinha Imperial, ampliando a presença da Força Naval em boa parte do território do Império²⁷. Por outro lado, notou-

-se uma redução nos quadros das praças, porém, não podemos observar esse movimento desvinculado do desdobramento de um processo mais específico que se encaminhava na medida em que se pensava uma força militar organizada, como veremos mais a frente.

Na tabela II, as praças estão representadas pelos Corpos de Artilharia e de Marinheiros da Armada, este representado na tabela pela marinhagem onde, a partir de 1836, em caráter experimental, passou a existir quatro Companhias Fixas de Marinheiros. Depois de 1840, tendo como base as Companhias Fixas, o Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado. Desde então os imperiais marinheiros passaram a ser contabilizados separadamente da marinhagem²⁸. Tomando como ponto de partida a década de 1830, vejamos um ponto que nos chama muita atenção: o número do efetivo dos dois Corpos, o de Artilharia sendo um pouco maior que o da marinhagem e, logo em seguida, em 1832, o Corpo de Artilharia é reduzido de 2.784 a 600 homens.

Cabe aqui discorrer um pouco sobre as Companhias Fixas de Marinheiros e sobre o Corpo de Artilharia da Marinha e sua historicidade, assim poderemos ter uma melhor compreensão desses corpos e sua relação com o processo que estamos analisando.

Em 1836, o Ministro Salvador José Maciel encaminhou uma medida bastante incipiente para votação no Congresso. Tal medida visava a dispor os marinheiros em Companhias, organizando assim os marinheiros da Armada. Inicialmente, em caráter de experimentação, seriam criadas quatro Companhias, com cem marinheiros cada. A proposta de Fixação de Forças Navais para o ano de 1837-1838, apresentada na Câmara durante a 3ª Legislatura, em 1836, versava, em seu Artigo 9º, que “o Governo fica autorizado desde já a formar sucessivamente quatro Companhias Fixas de Marinheiros, de 100 praças cada uma”.²⁹

As Companhias Fixas de Marinheiros foram regulamentadas por meio do Decreto de 1º de julho de 1837, “que mandou observar, com força de regulamento, o plano da nova organização, serviço, disciplina e instrução que devem ter as quatro Companhias Fixas

de Marinheiros”. Com as Companhias Fixas, combinaram-se organização e instrução militar com os antigos códigos disciplinares, na esperança de acabar com o “espírito sedicioso” a bordo dos vasos de guerra. Como os demais marinheiros, os que passariam a pertencer às Companhias Fixas seriam submetidos aos mesmos códigos disciplinares que os demais marinheiros, isto é, o Regimento Provisional e os Artigos de Guerra do antigo regime que ainda orientavam as punições e castigos na Armada.

Analisando o *Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro*, foi possível perceber que as Companhias, embora envolta de todo discurso que balizou sua criação, local de instrução militar e educação, ainda estavam longe de ser o que pensou Salvador Maciel. No livro estão registrados 86 militares, sendo que a maioria era de menores entre 11 e 15 anos de idade, oriundos de diversas províncias, como Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Santa Catarina, Minas Gerais e Ceará, e de outras regiões, como Montevidéu, Cabo da Boa Esperança e Lisboa.³⁰ No livro, encontramos os Aprendizes Francisco Pereira, um mulato de 16 anos de idade, natural do Ceará, de olhos e cabelos pretos; Graciliano Manoel do Nascimento, um caboclo de 15 anos de idade, cabelos e olhos pretos, cujo registro indica que é natural de Laguna – acreditamos ser Graciliano proveniente da região de Laguna, Santa Catarina, que abrigava um dos principais portos da região, com grande atividade de navegação; Geraldo Manoel Ferreira, um cabra de 16 anos de idade, cabelos pretos e olhos pardos, proveniente do Rio de Janeiro; e José Arcanjo – na sua folha de registro não foram identificadas suas características físicas e não há indícios do porquê não foram lançadas. Todos são provenientes do mesmo navio, a Corveta *7 de abril*, e todos foram encaminhados à Companhia após baixa de hospital. No *Livro de Socorros* não encontramos nenhum registro de castigos corporais aplicados nos aprendizes ou menores que tripulavam a Companhia, porém as várias baixas hospitalares nos colocam dúvidas se a prática foi utilizada naqueles

aprendizes, embora não fosse nada salubre um navio da Armada Imperial, pois há registros de várias doenças e epidemias que acometiam tripulações inteiras.

Também não encontramos nenhum lançamento indicando que havia instrutores ou professores de primeiras letras a bordo na Companhia, como mais tarde encontraremos nos *Livros de Socorros das Companhias de Aprendizes-Marinheiros*. No caso das instruções militares, era muito comum servir como instrutor um militar mais experiente. Por outro lado, professor de primeiras letras já requeria uma outra experiência, dominar as letras e os números. Era muito comum adotar também um militar para essa função, contudo, a Marinha em certa medida era um espelho da sociedade imperial, uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Portanto, as boas intenções do Ministro Salvador Maciel esbarraram não só nas dificuldades já percebida na sociedade imperial, mas também numa instituição estruturada no padrão hierárquico e disciplinar proveniente do antigo regime.

Já o Corpo de Artilharia era uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o Corpo de Praças da Armada Imperial. Sua trajetória histórica remonta à origem do que é hoje o Corpo de Fuzileiros Navais. Entre as instituições que atravessaram o Atlântico com a Corte portuguesa estava a Brigada Real da Marinha. Criada em Portugal, em 1797, pelo Alvará de 28 de agosto, a Brigada sofreu sua primeira alteração normativa no Brasil dois meses após a chegada da Coroa portuguesa, por meio do Alvará de 13 de maio de 1808, que forneceu um regulamento comum à Brigada e aos Regimentos de Artilharia do Exército português sediados no Brasil. A primeira alteração após o 7 de setembro foi promovida pelo decreto de 24 de outubro de 1822, alterando apenas sua denominação para Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro.

Foi após o início da Guerra Cisplatina (1825-1828), por meio do decreto de 31 de janeiro de 1826, que se promoveu a primeira alteração na organização da novamente renomeada Imperial Brigada de Artilharia de Marinha. Seu corpo militar foi dividido em

dois batalhões com seis companhias cada um. Em 1827, o decreto de 15 novembro alterou a denominação da Brigada para Corpo de Artilharia da Marinha e aumentou o número de suas companhias para oito. Em 1847, por meio do Decreto nº 535, de 11 de novembro, em execução da determinação contida no Decreto nº 451A, de 31 de agosto de 1847, é criado o Corpo de Fuzileiros Navais como um Corpo de Infantaria.

O Corpo de Artilharia da Marinha foi extinto pelo mesmo ato legal e seu quadro de oficiais foi transferido, como quadro de 2ª classe, para o Exército Imperial, sendo suas praças aproveitadas no novo Corpo de Fuzileiros Navais, que passaria a ser mobilado por oficiais dos demais corpos e quadros da Marinha Imperial, conforme suas especialidades. Em 1852, com o Decreto 1067-A, de 24 de novembro, o Corpo de Fuzileiros, agora renomeado Batalhão Naval, ganhou uma estrutura organizacional mais complexa, com atribuições mais amplas no conjunto operativo da Marinha Imperial, passando a ser formado por oito companhias, seis de fuzileiros e duas de artilheiros.³¹ O Corpo de Artilharia foi subitamente reduzido em 1831. As razões, segundo o Ministro Rodrigues Torres, foram,

Em consequência das baixas numerosas dadas àqueles indivíduos que estavam para isso legalmente habilitados, e ainda assim entraram nestes números de praças que estão presas pelos acontecimentos de 7 de outubro do ano passado [...] o governo não tem julgado conveniente levá-las ao número fixado da Lei de 31 de agosto [Lei de Fixação de Forças³²], porque o espírito de rebeldia e sedição, manifestado entre os soldados daquele corpo, é um foco de infecção, que pagaria o contágio a todos os que se lhes reunisse. Quando, pois, se não julgue conveniente desfazê-lo de todos esses indivíduos, cujo espírito inquieto, e de insubordinação, tem concorrido para romper os laços da disciplina militar, e fazer da maior parte dos nossos soldados o flagelo da sociedade em vez de defensores, que dela deviam ser.³³

Mais que um foco de sedição e rebeldia que provocaria “infecção” na tropa, o Corpo de Artilharia era uma ameaça de possíveis levantes e rebeliões, inclusive contra o próprio Governo, pois parte do Corpo de Artilharia havia participado nas ruas contra o Governo no processo que levou à Abdicação de D. Pedro I, em 1831. Era essa a preocupação do ainda moderado Ministro Joaquim Rodrigues Torres. Porém, em 1832, depois da prisão de mais de 300 soldados após a rebelião de outubro de 1831, o ministro viu-se obrigado a defender o aumento daquele Corpo, segundo ele, “se torna preciso ficar o governo autorizado a aumentar por tal modo o Corpo de Artilharia da Marinha”³⁴. A Lei de 29 de agosto de 1832³⁵ fixava em 600 o efetivo do Corpo, com as prisões, o ministro reclamou que restaram menos de 300 soldados. Segundo ele, o número era insuficiente para manter os navios da Esquadra devidamente guarnecidos. Desde então, o Governo tentou aumentar o efetivo, porém atribuía ao recrutamento uma das maiores dificuldades para completar o Corpo de Artilharia, contudo o Governo precisaria enfrentar uma outra dificuldade, a Câmara dos Deputados.

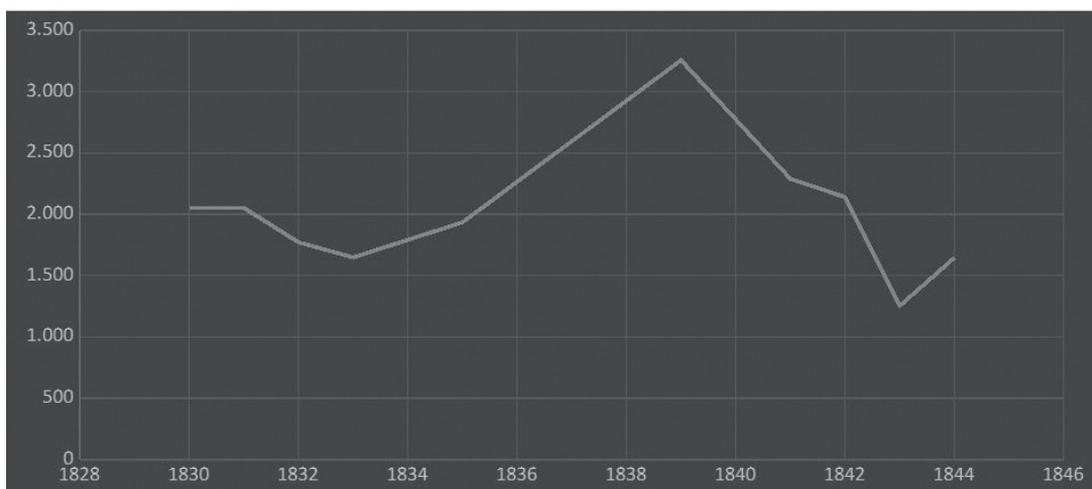
Na sessão da Câmara dos Deputados no dia 18/07/1836³⁶, o então Ministro Salvador José Maciel, ao apresentar sua proposta de Fixação de Forças de Mar para o biênio 1837-1838, foi instado a esclarecer a desproporção, apontada por alguns deputados, entre o número de marinheiros do Corpo da Armada e o de soldados do Corpo de Artilharia da Marinha contido na proposta. O Ministro pedia 1.800 de marinheiros e 1.200 de artilheiros.³⁷ Para negar o aumento, o corpo de deputados baseava-se nas nações “mais avançadas” onde eram adotadas formas diferentes de composição da força de mar. Na Inglaterra, por exemplo, a proporção era de um para seis, assegurou o então, agora deputado, Rodrigues Torres. Disse ele que na Esquadra inglesa, caso fosse formada de 1.200 soldados de Artilharia de Marinha, como queria o Ministro Salvador Maciel, a Força Naval seria de 7.200 homens, e na França era de quatro para um, este seria o exemplo que o Brasil

deveria seguir. Logo em seguida, o então Deputado Bernardo Vasconcellos salienta que “o artilheiro é fruto de uma larga experiência, e fruto de muita pólvora e balas gastas pelo Estado”. Parece sugerir o deputado que a Marinha deveria se preocupar mais com o treinamento de seus homens do que com o aumento do seu número, e que o Estado estaria disposto a dispensar recursos para tal.

No caso do Corpo de Marinheiros da Armada, houve uma pequena redução, porém, é necessário que se faça uma análise sobre os momentos em que esse Corpo so-

fre alterações. No ano de 1831, quando a Força Naval contava com 4.975 homens, o Corpo de Marinheiros era composto de um efetivo de 2.052 marinheiros; em 1832, ele foi reduzido em pouco mais de 15%, porém a Força Naval era de 2.510 homens, isto devido à redução do Corpo de Artilharia como vimos. O gráfico abaixo demonstra essa evolução no Corpo de Marinheiros no período. Apesar de se alongar até 1844, não estão contabilizados nele os Imperiais Marinheiros, que surgem somente a partir de 1840, como um Corpo à parte dentro do Corpo de Marinheiros da Armada.

Gráfico II – Evolução do Corpo de Marinheiros da Armada 1830-1844

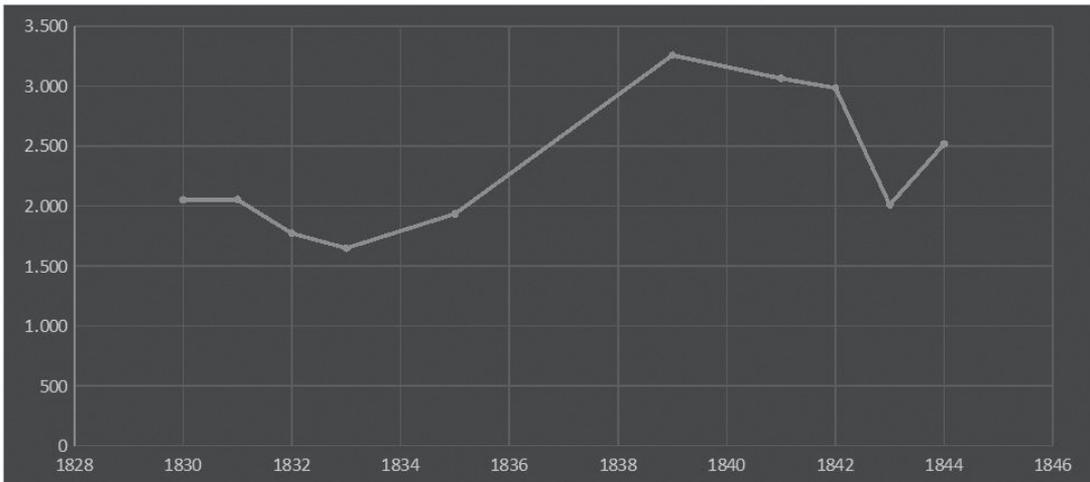


Fontes: Relatórios do Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. *O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

Se comparado com a tabela II, percebemos um expressivo aumento no efetivo de praças a partir de 1834, que se acentua entre 1835 e 1839, e, no momento em que entrou em funcionamento as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, houve um declínio no quadro da Marinhagem a partir de 1841. À medida que as Companhias começaram a enviar marinheiros para o Corpo de Marinheiros da Armada, estes passaram a ingressar no Corpo de Imperiais Marinheiros,

sendo contabilizados à parte dos demais, como já ressaltado. O gráfico III demonstra o comportamento do efetivo do Corpo de Marinheiros já com o Corpo de Imperiais Marinheiros; percebe-se que a curva não se mostra tão acentuada. Embora a Marinha tenha perdido parte de seu corpo de guarda com a redução do Corpo de Artilharia, ela viu seu Corpo de Marinheiros aumentar, sobretudo com um contingente proveniente das Companhias de Aprendizes.

Gráfico III – Efetivo do Corpo de Marinheiros da Armada 1830-1844



Fontes: Relatórios do Ministro da Marinha; Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM – 84 – Intendência da Bahia. *O Corpo de Imperiais Marinheiros foi criado pelo Decreto nº 45 de 26/03/1840, e pela Lei nº 148 de 27/08/1840 será criada uma Companhia de Aprendizes-Marinheiros, que ficará adida ao Corpo.

A partir de 1835 até 1839, houve um aumento significativo do efetivo do Corpo de Marinheiros de quase 70%. A partir de então, percebe-se declínio contínuo que em 1842 se acentua, para depois sofrer uma pequena elevação em 1844. Embora o expressivo aumento do Corpo na segunda metade da década de 1830, gostaríamos de destacar o que ocorreu depois de 1840. Nos chama atenção que, embora se perceba o declínio no efetivo do Corpo de Marinheiros, no novo Corpo de Imperiais

Marinheiros houve uma pequena elevação já no segundo ano de sua criação e das Companhias de Aprendizes. Percebe-se ainda uma proporção muito próxima aos “princípios adotados nos países mais cultos”³⁸ – para usar a expressão de Bernardo Vasconcellos – e ao que Rodrigues Torres propôs tendo como exemplo as Marinhas da Inglaterra e da França. A tabela abaixo demonstra a evoluções dos Corpos de Marinheiros e da proporção dos Corpos em relação à Força Naval.

Tabela III – Proporção dos Corpos de Praças em relação à Força Naval

Ano	Corpo de Artilharia	Marinhagem	Imperiais Marinheiros	Força Naval	Proporção	
					Artilharia x Marinheiros*	Marinheiros x Força Naval
1830	2.784	2.052		4.975	1 x 1	1 x 2
1831	2784	2.052		4.975	1 x 1	1 x 2
1832	600	1.771	X	2.510	1 x 3	1 x 4
1833	600	1.648	X	2.510	1 x 3	1 x 4
1841	502	2.289	774*	3.840	1 x 6	1 x 7
1842	510	2.139	844	3.714	1 x 5	1 x 7
1843	458	1.252	758	2702	1 x 4	1 x 5
1844	470	1.644	873	3.224	1 x 5	1 x 6

Fonte: Relatório de Ministro da Marinha. *A partir de 1841, é o resultado da soma de marinhagem com Imperiais Marinheiros.

Verificamos na tabela III que a proporção entre o Corpo de Artilharia e a Força naval, depois de sua redução, chegou a 1 para 3, e depois ficou em torno de 1 para 5, na média. E que o Corpo de Marinheiros, que sustentava uma proporção de 1 para 2 com a Força Naval, depois da redução em 1832, manteve a proporção de 1 para 4, e depois se manteve, em média, a proporção de 1 para 6. Portanto, se tomarmos esses números e analisá-los tendo como ponto de partida as discussões entre Governo e a Câmara, tudo indica que o que se pretendia não era somente a redução da força de mar.

CONCLUSÃO

Vimos que, assim como o processo de organização do Exército observado por Werneck Sodré, a Marinha Imperial iniciava a organização de seus quadros militares em meados do século XIX. A influência dos modelos europeus de modernização, como vimos nos debates da Câmara dos Deputados, orientou o modelo de organização adotado para os Corpos de Praças da Marinha Imperial. A criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros adida àquele Corpo, em destaque neste trabalho, foi a consolidação do projeto das Companhias Fixas de 1836, marcando o início de um processo pelo qual se consolida como um projeto de envergadura nacional de recrutamento e instrução militar para o serviço da Armada Imperial.

Portanto, em nossa análise, concluímos que o modelo explicativo desenvolvido por Edmundo Campos Coelho não se aplica ao processo pelo qual passava a Marinha Imperial em meados do século XIX. A principal crítica sustentada por este trabalho resultou da submissão do processo de redução das praças da Armada à hipótese erradicadora que, concomitantemente, foi parte de um processo que visava a alcançar um padrão organizacional que atendesse não somen-

te às demandas da Marinha Imperial, mas também ao alinhamento com os modelos de Marinhas mais expoentes naquele momento, a Marinha francesa e a Marinha inglesa.

Os dados provenientes dos Relatórios dos Ministros da Marinha, dos Anais das Câmaras dos Deputados e dos projetos e Leis de Fixação de Forças Navais forneceram elementos significativos para sustentar, em termos quantitativos, nosso trabalho. Cruzando aqueles dados e analisando os debates nas sessões da Câmara dos Deputados, foi possível verificar que a redução do efetivo das praças mantinha relação direta com o processo histórico nacional. O Governo se articulava com o Congresso conforme suas necessidades para mobilização e desmobilização das Forças Armadas em momentos específicos. Com destaque para a redução do Corpo de Artilharia da Marinha após o movimento que resultou na Abdicação, a mobilização para aumento do efetivo durante as revoltas nas províncias e Guerra contra o Paraguai e posterior desmobilização quando do arrefecimento das sublevações nas províncias e no final dos combates na região do Rio da Prata na década de 1870.

Entretanto, a partir do início da década de 1840, ao relacionarmos a redução do efetivo com o debate na Câmara sobre a organização do Corpo de Marinheiros, percebemos que a intenção em diminuir o efetivo relacionava-se não mais à desmobilização de uma força numerosa, mas sim ao desejo de transformá-la numa Força Militar, ao exemplo da França e Inglaterra, melhor organizada. Vimos que os resultados deram origem, primeiro nas Companhias Fixas de Marinheiros e, posteriormente, na criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros. Instituição que, ao longo da segunda metade do século XIX, se consolidou como projeto de obtenção e instrução militar de homens para o serviço da Armada, era o limiar da profissionalização das praças da Marinha Imperial.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território, 2011.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

LEMO, Renato Luís do Couto Neto e. Militares e política: uma discussão de paradigmas. In: Chagas, Fabíola Maria da Silva; Loureiro, Marcello José Gomes; Paula, Luiz Carlos Carneiro de; Restier Junior, Renato Jorge Paranhos. *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

LIMA, Solyane Silveira. “*Recrutá-los jovens*”: a formação de aprendizes-marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social Belo Horizonte/MG. 2013.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção Militar: 1850-1894*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. *Companhia de Aprendizes-Marinheiros do Piauí (1874-1915): história de uma instituição educativa*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí em 2005.

_____. *A Escola de Aprendizes-Marinheiros da Parnaíba*. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

_____. *Um edifício gótico entre instituições modernas: o debate parlamentar sobre o Conselho Supremo Militar e de Justiça (1822-1860)*. Revista *Acervo*. Rio de Janeiro, V. 25, Nº 2, P. 59-77, JUL./DEZ. 2012

Documentos

Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 1837 a 1840. Disponíveis em <http://www2.camara.leg.br>

Proposta de Fixação de Forças Navais

PROPOSTA apresentada à Assembleia-Geral na sessão ordinária pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, anos de 1836, 1838, 1840, 1842 e 1843. Disponíveis em <http://www.crl.edu/>.

Relatórios Ministeriais

RELATÓRIO apresentado à Assembleia-Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, anos de 1832 a 1843.

Livros de Socorros

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Pernambuco 1857/1858. Microfilme 597-007-3522. Arquivo da Marinha.

Livro de Socorros da Companhia de Aprendizes-Marinheiros da Província de Santa Catarina. 1857/1858. Microfilme 597-007-3599. Arquivo da Marinha

Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro – 1837. Subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda – Códice XVII M 5314. Subsérie Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, códice XM-506 Arquivo Nacional, Série Marinha.

NOTAS

¹ A tese, publicada em 1957, foi revisada por Samuel P. Huntington em *A ordem política nas sociedades em mudança*, publicada em 1968. Na obra, o autor considera que, em países como Brasil, deve ser observada a distinção entre forma e grau de governo, pois “As diferenças entre democracia e ditadura são menores que as existentes entre os países cuja política compreende consenso, comunidade, legitimidade, organização, eficiência e os países cuja política é deficiente nessas qualidades.” (HUNTINGTON: 1975, 13 *apud* LEMOS: 2014) Nesta perspectiva, Huntington vai sugerir o que chamou de “descompressão política”, um processo de transição encaminhando para abertura política com ampla participação dos militares que haviam se instalado no poder em 1964. Para debate mais aprofundado sobre o tema, ver em LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *A Conexão Harvard e a Política de descompressão*: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64. Revista Tempos Históricos, Volume 18, 2º Semestre de 2014, p. 559-590.

² COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade*: o Exército e a política na sociedade brasileira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

³ *Idem*. Pg. 49.

⁴ Art. 1ª da Lei de 18 de agosto de 1831. Coleção de Leis do Império.

⁵ Para Edmundo Campos Coelho, o processo de emancipação do Império e a opção monárquica, embora de caráter constitucionalista, levaram a classe política, insatisfeita com a adoção do regime, a incluir no Projeto Constitucional de 1823 efetivo controle sobre as forças militares. O objetivo era “desarmar o quanto possível o executivo”. Ver em COELHO: 2000. Pg. 51.

⁶ *Idem*. Pg.55.

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁸ SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Pg. 23.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Op.Cit.* 2013. Pg.274.

¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, Pg. 137.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro das Sobras*: a política imperial. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.* 1979. Pg. 141.

¹³ SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Pg. 22.

¹⁴ SOUZA, Adriana Barreto de. *Op. Cit.* 1999. Pg. 17.

¹⁵ A autora refere-se à crítica cunhada por Edmundo Campos Coelho sobre as abordagens conceituais das quais Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Otavio Ianni se apropriam em suas operações analíticas acerca da participação das Forças Armadas na política. Ver em COELHO: 200, pg. 34-38.

¹⁶ SOUZA, Adriana Barreto de. *Op. Cit.* Pg. 18.

¹⁷ *Idem*. Pg. 18-19.

¹⁸ *Idem, Ibidem. Op. Cit.* Pg. 22.

¹⁹ Tratava-se de uma força de guarda que, junto ao Corpo de Marinheiros, formava o Corpo de Praças da Armada Imperial.

²⁰ Pertencia a esse Corpo a marinhagem, todo o conjunto de marinheiros embarcados. Mais tarde, com a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros, em 1840, partes deles serão identificados como Imperiais Marinheiros, ou por

serem oriundos das Companhias de Aprendizes-Marinheiros ou por terem bom comportamento, embora a entrada tenha sido pelos mecanismos do recrutamento ou voluntariado.

²¹ Força Naval de 1830, declarada no Relatório do Ministro da Marinha enviado à Assembleia em 1831.

²² Mapa da lotação para as embarcações da Armada em tempos de paz, 1831. Arquivo Nacional, Série Marinha, maço IXM-84 – Intendência da Bahia.

²³ O Corpo de Artilharia foi reduzido tendo em vista as prisões e os expurgos pela participação de parte de sua tropa nos acontecimentos que resultaram no 7 de abril de 1831. Ver no Relatório do Ministério da Marinha de 1832, pg. 1-3. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2047/000004.html>>, acessado em 05/05/2016.

²⁴ Decreto de 9 de março de 1832. “Reforma a Academia Militar da Corte incorporando nela a dos Guardas-Marinhas; e dá-lhe novos estatutos.” Ver em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao3.html>>, acessado em 20/05/2016.

²⁵ SILVA, Carlos André Lopes da. *Real Companhia e Academia dos Guardas Marinhas: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de História da UFRJ. 2012.

²⁶ Entre 1836 e 1845, foram criadas agências militares da Marinha Imperial em boa parte do território nacional, concentrando no litoral e Mato Grosso com as Capitânicas dos Portos. O litoral foi dividido em áreas de jurisdição, a partir de 1840 até 1874, foram criadas 18 Companhias de Aprendizes-Marinheiros para o recrutamento de crianças e jovens. A estrutura administrativa também foi ampliada com uma Sessão de Fazenda e Contadoria. Fruto da reforma Conservadora, o Império ampliou consideravelmente sua Força Naval.

²⁷ SANTOS, Wagner Luiz Bueno. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*, 2016. Capítulo: 2, item: 2.2.1 – A reforma Conservadora na Administração Naval: a estruturação e expansão da burocracia e da administração naval pelo litoral do Império.

²⁸ A partir de 1840, com a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes-Marinheiros, a marinhagem passou a ser aqueles marinheiros provenientes do recrutamento ou voluntariado e que não passavam pela formação nas Companhias de Aprendizes, isto é, todos aqueles que não pertenciam ao Corpo de Imperiais Marinheiros.

²⁹ Proposta de Fixação de Forças Navais para o ano financeiro de 1837-1838, apresentada à Assembleia Legislativa no ano de 1836. Disponível em: <<http://www.crl.edu/>>. Acessado em 20/02/2017.

³⁰ Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro – 1837. Arquivo Nacional – Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, código XVIII M 5314.

³¹ Toda legislação citada sobre o Corpo de Artilharia pode ser encontrada por meio do portal da Câmara dos Deputados: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>> acessado em 09/05/2016.

³² A Lei de Fixação de Força Naval de 31/08/1831, que regulamentou a força naval para 1832-1833, fixou o número de 1.200 homens para o Corpo de Artilharia da Marinha. Ver em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>, acessado em 09/05/2016.

³³ Relatório do Ministro da Marinha. 1831. Ver em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2045/000005.html>>, acessado em 09/05/2016.

³⁴ Relatório do Ministro da Marinha. 1832. Ver em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2045/000005.html>> acessado em 09/05/2016.

³⁵ Lei de 29/8/1832, Fixa a Força de Mar para 1833-1834. Ver em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>, acessado em 09/05/2016

³⁶ Câmara dos Deputados 3^a ano da 3^a Legislatura. Sessão dia 6/6/1836. Discussão e votação do Art. 2^a da Proposta de Fixação de Forças de Mar para o exercício 1837-1838.

³⁷ Proposta de Fixação de Forças Navais para 1837-1838. Ver em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2051/000004.html>>, acessado em 09/05/2016.

³⁸ Câmara dos Deputados 3^a ano da 3^a Legislatura. Sessão dia 6/6/1836. Discussão e votação do Art. 2^a da Proposta de Fixação de Forças de Mar para o exercício 1837-1838.